

UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS ATIVIDADES DE AVENTURA: POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA CONSCIENTE E SUSTENTÁVEL

Mirleide Chaar Bahia¹

1 Introdução

Na sociedade contemporânea, novas práticas corporais vêm se consolidando e agregando adeptos, assim como algumas antigas práticas vêm se mostrando ressignificadas e com novas características.

De forma geral, esta tendência vem sendo adotada por grupos diversos em várias partes do planeta e são geralmente associadas a experiências vivenciadas em áreas naturais, sendo denominadas com terminologias diversas: esportes de aventura, esportes californianos, esportes *outdoor*, esportes radicais, atividades físicas de aventura na natureza (AFAN).

As atividades de aventura que utilizam o componente “radicalidade” ou “aventura” surgiram com diferentes conotações, desde a utilitária (caça e pesca para subsistência; canoagem para deslocamento das populações ribeirinhas); quanto como atividade lúdica (na forma “descompromissada” e de livre adesão em busca de prazer e divertimento); até a incorporação de componentes ligados à competitividade, com busca de resultados tanto individuais, quanto de grupos (atualmente existem corridas de aventura que fazem parte do calendário mundial de competições).

A canoagem possui duas modalidades, denominadas *acqua ride* e *rafting*², que apresentam tais características e têm sido bastante praticadas em áreas naturais, sejam elas protegidas legalmente (Unidades de Conservação - UCs³) ou em áreas não protegidas.

¹ Mestre em Educação Física pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP
Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Membro dos Grupos de Pesquisa: Turismo, Cultura e Meio Ambiente – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – UFPA / CNPq; e Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL) UNIMEP/CNPq.

² Para maiores esclarecimentos sobre o *acqua ride* e o *rafting*, como as demais modalidades que compõem a canoagem, consultar o capítulo III deste livro.

³ Unidades de Conservação: “Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (COSTA, 2002, p. 27).

O aumento gradativo da busca dessas atividades no contexto contemporâneo tem mobilizado pesquisadores de diversas áreas (Educação Física, Turismo, Biologia, Engenharia Florestal) a uma reflexão mais detalhada sobre os impactos sociais, culturais e ambientais dessas práticas, demonstrando através de pesquisas empíricas, que a crescente utilização de algumas áreas vem causando tanto descaracterizações sócio-culturais, quanto ambientais, sendo necessárias medidas de manejo⁴ e de gestão, capazes de minimizar tais impactos negativos e planejar futuras atividades nas áreas até então degradadas. As preocupações também têm sido direcionadas às atitudes dos praticantes dessas modalidades, buscando caminhos que possibilitem práticas mais conscientes e sustentáveis.

Cabe ressaltar, que neste texto os esportes de aventura, de modo geral, e o *acqua ride* e o *rafting*, de forma específica, serão analisados como vivências de lazer, as quais se caracterizam por sua forma “descompromissada” e com a livre adesão em busca de prazer e de divertimento no tempo disponível das pessoas.

2 Iniciando a descida nas corredeiras...

A prática dessas atividades na natureza é analisada com base na aventura e no risco que algumas modalidades possuem e aparecem na descrição de alguns autores que buscam compreender a lógica de tais atividades, utilizando categorias estudadas no jogo.

Trata-se, hoje, de uma aventura eivada de sentidos lúdicos, uma vez que a atitude dos sujeitos que vivem a aventura no esporte é tomada por um risco calculado, no qual ousam jogar a si mesmos com a confiança do domínio cada vez maior da técnica e da segurança propiciada pela tecnologia. Manifestam uma audácia para poder desencadear esse risco, uma transgressão de limites possíveis, autorizada pela confiança de ser capaz de fazer (lançar-se no espaço, na profundidade, na imersão, na luta contra os obstáculos da natureza) associada a um excitante e reconfortante prazer de realização (*ilinx*, vertigem) e de tê-lo feito com muita competência (COSTA, 2000, p. 10).

No atual mundo globalizado e individualista ao extremo, as pessoas passam a perceber mais o risco e conviver com este como resultado das múltiplas

⁴ Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (BRASIL, 2000).

contingências sociais⁵. A questão da busca de esportes de risco e aventura pode ter uma íntima relação com a lógica atual vivida na sociedade, no que se refere ao aumento da incerteza política, econômica, social e cultural (COSTA, 2000).

A existência dos elementos da competição, da incerteza das informações do ambiente e do parceiro ou do adversário, por exemplo, desloca-se, nessas atividades, de um sujeito humano concreto, para um confronto com adversários da natureza antropomorfizados: ventos, avalanches, enxurradas, ondas, temperatura ambiente.

É travada uma competição com os próprios limites individuais e com os elementos da natureza, dando novas configurações aos existentes em outras práticas convencionais (as modalidades olímpicas ou as veiculadas no “esporte espetáculo”). Para Costa (1999, p. 16), “o fato de o praticante estar só diante da natureza faz com que a competição desloque o sentido do outro para si mesmo”.

É comum verificar a formação de grupos que conjugam interesses e desejos semelhantes em torno dessas práticas, revelando emoções, sentidos, simbolismo, dimensões culturais de vivenciar tais experiências. Estes, muitas vezes, buscam em atividades de risco e aventura, o sentimento de glória, de vitória, de superação.

Além disso, a busca de uma identidade própria, de “ser diferente”, de tentar ir de encontro aos preceitos de um mundo globalizado, canaliza motivações para vivenciar atividades na natureza.

Configura-se, através dessas vivências, aspectos relacionados a uma vontade do encontro da autonomia e da particularização dos grupos e dos indivíduos em nossa sociedade. Estes pequenos grupos buscam uma identidade própria, e não mais a universalidade.

Da mesma forma, esses esportes, próprios de uma cultura pós-moderna, adotam princípios de singularidades individuais na busca de qualidade de vida, de sensibilidade extrema, proclamam o indivíduo e o seu direito de se realizar à parte do que é comum, o direito de ser autônomo. Organizados em coletivos menores, os praticantes dessas modalidades de esportes ligam-se, eventualmente, por interesses comuns. Animam-se as solidariedades

⁵ Sánchez Martín (1996) apud Costa (2000), no artigo “Los usos sociales del riesgo: el deporte de aventura como configurador de una ética de la contingencia”, critica as teorias que tratam esses esportes como válvula de escape emocional de uma sociedade monótona e segura. Para ele, o aspecto concreto dessa sociedade é o crescente aumento da incerteza, o que provoca a necessidade de astúcia no trato com o risco. Funcionando como campos ritualizados do risco, esses neo-esportes seriam campo semântico importante para a configuração de diferentes modelos de risco e suas respectivas éticas contingentes” (COSTA, 2000, p. 8).

entre microgrupos, encontram-se pessoas parecidas que convergem nos mesmos desejos e preocupações imediatas (COSTA, 2000, p. 8).

Cabe, portanto, uma análise mais detalhada sobre as atitudes vivenciadas nessas práticas e em que medida o lazer “não-alienado” e as concepções ecológicas estão realmente permeando tais atividades, na medida em que, além das características de busca pela aventura e risco, é possível analisar aspectos como a valorização ou não do elemento ecológico, bem como a exploração feita pelo mercado, com a venda de “pacotes” turísticos.

3 Navegando em águas turbulentas: a visão mercadológica e os impactos sócio-ambientais

A análise crítica de possíveis equívocos na vivência das atividades de aventura implica debater, entre outros aspectos, a visão do lazer enquanto “mercadoria” – refletida no consumo desmedido de equipamentos, acessórios, vestuário e pacotes turísticos destinados a este segmento –, o qual segue a lógica capitalista, buscando o lucro de forma prioritária, resultando na prática de um lazer alienado e sem o real significado de vivência de valores questionadores, capazes de uma mudança pessoal e social, em sua própria vida e na sociedade como um todo.

De fato, a observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valoriza-se a “performance”, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem; estimula-se a prática compulsória de atividades denotadoras de moda ou “status”. Além disso, o caráter social⁶ requerido pela produtividade, confina e adia o prazer para depois do expediente, fins de semana, períodos de férias, ou, mais drasticamente, para a aposentadoria (MARCELLINO, 1987, p. 28).

Influenciadas pela mídia ou pelo mercado (modismos), muitas pessoas buscam as vivências do lazer em áreas naturais – dentre elas as atividades de aventura –, não como forma de novas experimentações em suas vidas ou como possibilidade de buscar um encontro prazeroso com áreas naturais, mas como forma de obtenção de “status” ou de seguir modismos. Este comportamento é

comumente detectado através do “consumismo” de equipamentos esportivos e vestimentas específicas de alto valor, mesmo que as mesmas não se destinem à concreta prática do esporte em sua vida cotidiana.

Outro aspecto a ser ressaltado é o de que a prática dessas atividades, muitas vezes, passa a ser uma “válvula de escape” da vida cotidiana e do estresse da vida urbana, que se reflete na busca do elemento “exótico” nas viagens à natureza e uma certa fuga de valores que são vividos no cotidiano das pessoas (PELLEGRINI FILHO, 1997). Nota-se, portanto, que a busca dessas práticas vem impregnada de valores subjacentes, implícitos nas atitudes e na fala de praticantes.

Em pesquisa realizada anteriormente (BAHIA, 2005), foi possível perceber que alguns praticantes de vivências diversas na natureza consideravam esta experiência como “status”, alienação de seus problemas ou busca de compensações de seu dia-a-dia, vivendo nessas práticas os mesmos comportamentos adotados nos outros momentos de sua vida (*stress*, competitividade, individualismo exacerbado, falta de educação ambiental) e não possibilitando a experiência do “fazer por prazer” e da compreensão de outra forma de viver no mundo, de se relacionar com seus pares e com a natureza.

Algumas expressões foram bastante citadas pelos (as) entrevistados (as) na referida pesquisa, tais como: “a busca por um contato maior com a natureza”; “adrenalina”; “busca de emoção”; “sair da rotina”; “desestressar”; “desafio”; “risco”. Essas expressões utilizadas pra justificar as motivações de cada praticante de atividades de aventura demonstram opções atreladas a vários fatores, relacionados a “aquisição de imagens através da compra de um sistema de signos (estilo de vida envolvendo aventura, desafio, risco, natureza)” (BRUHNS, 1998, p. 18).

Muitas vezes, exatamente por esses fatores intrínsecos à busca dessas práticas na natureza, utiliza-se um discurso “ecológico”, para legitimar as ofertas de mercado, mesmo que nem todas estejam comprometidas com nenhum aspecto educativo de valorização e difusão da diversidade biológica, muito menos, de vivência de novas atitudes, em relação ao meio ambiente e em relação a seus pares.

⁶ O caráter social é entendido como a parte do caráter que é compartilhada por grupos significativos e que, como a maioria dos cientistas sociais contemporâneos o definem, é o produto da experiência destes grupos (RIESMAN, 1971).

Porém, um outro aspecto deve ser observado, no que diz respeito ao que Bruhns (1998, p. 20) classifica como um campo semântico, “onde se mesclam três visões de vida e de mundo: a visão física externa (natureza, água, velocidade), a visão emotiva interna (risco, liberdade) e a visão química resultante (adrenalina)”. Com esse aumento de estímulos, seria possível facilitar um desenvolvimento maior de mecanismos de percepção, de decisão e de execução, permitindo a exploração de novas energias (profundidade da vivência), novas sensações (BRUHNS, 1998).

Portanto, se a prática dessas atividades não for alienada, como forma de compensação das insatisfações do cotidiano de cada um e buscar novas sensibilidades e sensações, é possível uma vivência que possibilite a projeção de novas atitudes apreendidas no lazer e trazidas para a vida cotidiana.

Desta forma, o lazer, como manifestação humana, deve possibilitar a contestação e a mudança de atitudes, que expresso através de ações culturais, pode possibilitar a transformação do estilo de vida das pessoas, das relações entre elas e os outros, entre elas e a natureza. Mas para isso é preciso compreendê-lo, não como um instrumento de dominação e de alienação, que impede a visão crítica das pessoas e camufla a realidade e os conflitos sociais existentes na sociedade, e sim como uma perspectiva de outras vivências modificadoras de valores e atitudes.

[...] situações de lazer geradoras dos valores que sustentam a Revolução Cultural do Lazer. São reivindicadas novas formas de relacionamento social mais espontâneas, a afirmação da individualidade e a contemplação da Natureza. Observam-se mudanças nas relações afetivas, nas considerações sobre o próprio corpo, no contato com o belo, em síntese, na busca do prazer (MARCELLINO, 1983, p. 15).

Outro aspecto a se considerar, diz respeito às práticas de lazer na natureza numa lógica não-sustentável, com atividades executadas de forma desordenada e sem planejamento, causando impactos sócio-ambientais.

Na “indústria” turística, o segmento identificado genericamente como ecoturismo⁷ é o que apresenta maiores taxas de crescimento. Levando-se em consideração o crescimento de outros sinais da busca da natureza, também

⁷ De acordo com Serrano (2000, p. 9), “podemos considerar o Ecoturismo como uma idéia “guarda-chuva”, pois envolve uma multiplicidade de atividades como *trekking*, *hiking*, escaladas, *rapel*, espeleologia, *mountain biking*, cavalgadas, mergulho, *rafting*, *floating*, *cayaking*, vela, vôo livre, *paragliding*, *balonismo*, estudos do meio, safári fotográfico, observação de fauna e de flora, pesca (*catch-release*), turismo esotérico e turismo rural, para citar as mais usuais”.

associados ao mesmo universo mental das práticas do ecoturismo, como as medicinas alternativas, a alimentação natural e a disseminação do ambientalismo, é impossível negar sua importância como fenômeno social.

Da mesma forma, não é possível negligenciar os impactos sociais e naturais decorrentes de seu desenvolvimento, em que pese a retórica do “baixo impacto”, centrada na imagem do turismo como “indústria limpa”, característica de seu *marketing* (SERRANO, 1997, p. 16-17).

Ao sistematizar alguns dos principais processos de impactos do lazer na natureza, Barros e Dines (2000, p. 58), os agrupam em dois aspectos: “*ecológicos*, quando provocam alterações no ambiente, degradando o solo, a vegetação, os recursos hídricos e a fauna, e *sociais*, quando causam uma diminuição na qualidade da experiência dos visitantes”.

Nas áreas naturais é comum encontrar sinais evidentes de impacto causados no ambiente por pessoas que freqüentam os rios e as trilhas, como restos de fogueira, lixo, locais devastados, rios com margens desgastadas, erosão em trilhas etc. Além disso, existem outros impactos graves que nem sempre são tão aparentes como a contaminação das águas, a mudança de hábito da fauna, a alteração na dinâmica de ecossistemas, a ausência de certas plantas nativas, o decréscimo na natalidade de espécies ameaçadas, etc. (BARROS; DINES, 2000).

Em um estudo, realizado na Vila de Paranapiacaba – Santo André/SP, Uvinha (2003) pôde verificar como o desenvolvimento do Turismo de aventura, e conseqüentemente das atividades de aventura, têm sido realizados, e cita, como exemplo, alguns impactos ambientais na área.

- a poluição da água numa área de mananciais provocada pelo *cascade e canyoning*;
- a poluição sonora e do ar na prática de esportes motorizados como o *motocross* e o *jipe offroad*;
- a elevada incidência de incêndios ocasionados por acampamentos levantados por praticantes de *trekking* na mata;
- a erosão aguçada por adeptos de *mountain bike*, em especial quando a prática se dá na terra molhada (UVINHA, 2003, p. 114).

Somando a estes, mais alguns outros problemas detectados na área, resultantes do grande fluxo de turistas na Vila, como: o crescimento da violência contra o praticante dessas atividades nas trilhas; a venda de drogas e assaltos a mão armada; a presença de caçadores nas trilhas; os grupos que se perdem nas

trilhas por falta de sinalização turística e a falta do devido policiamento; e o desrespeito dos praticantes pelos residentes que circulam pela Vila (motos em alta velocidade) (UVINHA, 2003).

Em outra pesquisa, coordenada por Magro et al. (2002), realizado no município de Brotas – SP, denominado “Uso Turístico do Ambiente Natural em Brotas – Manejo do Público Visitante”, foi feito um levantamento das atividades de lazer realizadas neste município, no sentido de mapear impactos ecológicos e sociais e elaborar recomendações para a melhoria das condições de uso de tais áreas. Os resultados da prática de *rafting*, bóia cross e *floating* são apontados a seguir:

De acordo com a avaliação feita, pontos com erosão significativa se localizam em vários trechos do rio, nos trechos sem vegetação ciliar. Todas as bases de embarque e desembarque se encontram em área de pasto ou em mata ciliar degradada, sendo que a perda de vegetação nos locais com mata, fica restringida em uma área pequena. Estes locais deverão ser monitorados no futuro para avaliar se estão ocorrendo alterações significativas na vegetação e qualidade do solo [...] Além dos efeitos ambientais negativos, a falta da vegetação ciliar em grande parte das margens do rio Jacaré-Pepira diminui a qualidade da experiência do visitante cuja expectativa é encontrar um ambiente primitivo ou o mais perto possível desta condição (MAGRO et al., 2002, p. 101).

No livro “Turismo de Aventura: Reflexões e Tendências”, Bahia e Sampaio (2005) apresentam possíveis impactos resultantes da prática de atividades na natureza, onde é possível verificar que, apesar de algumas modalidades possuírem grau de intensidade baixo, todas causam algum tipo de impacto sócio-ambiental, cabendo tentar minimizá-los o máximo possível, a fim de aproximar tais práticas de um grau de sustentabilidade aceitável (Tabela 1).

TABELA 1 – Possíveis Impactos Negativos Resultantes da Prática de Esportes na Natureza.

ESPORTE	POSSÍVEIS IMPACTOS NEGATIVOS	GRAU DE INTENSIDADE
Asa Delta ou Vôo Livre e Paraglide ou	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impacto nas trilhas onde o salto acontece, ▪ Poluição: barulho, lixo, ▪ Alteração e destruição da vegetação, ▪ Alteração no habitat de animais, ▪ Compactação e erosão do solo, ▪ Interferência social e cultural em comunidades 	Baixo

Parapente	próximas envolvidas.	
Balonismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Poluição: queima de gases, barulho, lixo, ▪ Possíveis alterações na vegetação de onde o balão decola e pouso, ▪ Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas, ▪ Compactação do solo (pouso e decolagem). 	Baixo
Pára- quedismo, Base Jump e Sky Surf	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pequena compactação do solo (pouso), ▪ Alteração e destruição da vegetação. (pouso), ▪ Alteração no habitat de animais (pouso), ▪ Poluição: barulho, lixo, ▪ Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo
Treck	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mesmas alterações da asa delta, com o detalhe de utilizar asa delta motorizada, aumentando a poluição pelo barulho e por emissão de gases produzidos pelo motor. 	Baixo
Aquaride, Bóia Cross, Rafting e Canoagem (Caiaque)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Poluição: barulho, lixo, ▪ Distúrbios e alteração da fauna, ▪ Possíveis quebras de pequenos pedaços de rocha em corredeiras (contato com os bóias ou caiaques), ▪ Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo
Esqui na Água, Jet Sky Skyder Parasail, Wake board	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Poluição por meio da emissão de gases do motor da lancha (que reboca esqui, parasail, prancha) e motor do Jet Sky, ▪ Poluição: barulho, lixo, algum derramamento de combustível na água, ▪ Distúrbios e alteração da fauna, ▪ Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Médio (Utilização de Equipamentos Motorizados)
Mergulho e Dive Cave	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alterações na fauna subaquática por ocasião dos mergulhos, ▪ Poluição: barulho, lixo, ▪ Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo
Surf, Wind Surf e Vela	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração e Distúrbios da fauna marinha, ▪ Poluição: lixo, ▪ Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo
Pesca Esportiva	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Poluição: emissão de gases produzidos pelo motor da lancha e petróleo (combustível), barulho e lixo, ▪ Distúrbios e Alteração na fauna marinha e seu habitat, 	Médio (no caso da pesca em lancha, utilização de equipamentos)

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alteração e destruição marinha, ▪ Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	motorizados)
Trekking ou Haking Canyoning Escalada Cascade Espeleologia Rapel	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Por tais modalidades utilizarem trilhas para chegar a pontos de descida, subida ou mesmo a caminhada pela mata, há impacto na utilização das trilhas, ▪ Impacto na vegetação onde se fixa o equipamento de segurança (canyoning, escalada, cascade, espeleologia, rapel), ▪ Poluição, barulho, lixo, ▪ Distúrbios, alteração e destruição do habitat e vegetação (trilha), ▪ Compactação e erosão do solo, ▪ Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo
Mountain Bike e Bicicross	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compactação e erosão do solo, ▪ Poluição: barulho, lixo, ▪ Alteração e destruição da vegetação e do habitat de animais, ▪ Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo
OffRoad (Rally) Motocross (Enduro)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impacto na abertura e utilização de trilhas, ▪ Compactação e erosão do solo, ▪ Poluição: barulho, lixo, emissão de gases e petróleo (combustível), ▪ Alteração e destruição da vegetação e do Habitat de animais, ▪ Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Médio (utilização de equipamentos motorizados).

Fonte: Bahia e Sampaio (2005).

A preocupação em encontrar soluções capazes de equacionar os problemas apontados anteriormente, leva a uma reflexão sobre caminhos possíveis a se tomar, em direção a proposições e ações para uma tomada de consciência e uma perspectiva de vivência de novos valores na prática de lazer na natureza.

4 Avistando águas mais calmas....

Apesar de aspectos relacionados ao consumo, à prática alienada do lazer na natureza, da falta de cuidado com a sustentabilidade de algumas práticas de atividades na natureza apontada por diversos autores, é possível buscar novas atitudes e novas formas do relacionamento ser humano-natureza.

No fragmentado e heterogêneo mundo contemporâneo ele seria, além do canal das trocas econômicas, um lugar de trocas simbólicas, um elemento constituinte e constitutivo das identidades individuais e de grupos, que estariam rearticulando-se não mais em bases territoriais/nacionais, mas transnacionais, a partir de signos e códigos construídos e compartilhados através do consumo (SERRANO, 2000, p.18-19).

É possível aderir a esta proposição e somar a ela esforços na direção da cooperação, da solidariedade, da criatividade e da apreensão sensível da natureza, de nós mesmos e do mundo.

Isto significa dizer que, apesar da apropriação das atividades de aventura pelo mercado, pode-se reconhecer e desenhar estratégias visando resgatar e tornar mais evidentes as potencialidades dessas práticas, seguindo-se em direção a uma saudável busca de caminhos que possam concretizar as potencialidades educativas e transformadoras do contato com a natureza.

O aumento dos impactos sócio-ambientais causados pela visitação e prática de tais atividades em áreas naturais deve ser gerenciado de modo a não afetar a conservação e os modos de vida das populações tradicionais residentes em tais áreas. Para isso, tanto a educação pelo e para o lazer, a educação ambiental e o planejamento da visitação tornam-se atividades fundamentais e devem utilizar-se de formação profissional daqueles que irão atuar como promotores das atividades, além de ferramental e métodos que conciliem uso e conservação.

Algumas alternativas podem ser consideradas como possibilidades de uma “coexistência pacífica” entre atividades de lazer e meio ambiente, principalmente no que se refere à gestão de eventos em áreas naturais, as quais estariam situadas em algumas referências positivas no ato do planejamento, como:

- a) Conhecimento da intensidade da prática a ser realizada em áreas naturais: fator fundamental para o conhecimento de possíveis impactos;
- b) Limite de tolerância e “capacidade de carga” recreacional das áreas a serem utilizadas, a fim de minimizar danos ao meio ambiente;
- c) Planejamento responsável, com envolvimento de vários “atores”, os quais devem participar da elaboração e execução do projeto em questão (“eventos”), a fim de um maior entrosamento entre técnicos de Secretarias, organizadores de eventos e comunidades envolvidas na área em questão;

- d) Análise técnica de impactos positivos e negativos das atividades (“eventos”) em áreas naturais: equipe multidisciplinar de órgãos governamentais e/ou não- governamentais. (Secretarias de Meio Ambiente, Secretarias de Esporte e Lazer, Secretarias de Turismo, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), entre outros), ou seja, cooperação institucional;
- e) Preocupação com programas de “Educação Ambiental” capazes de abranger praticantes de atividades, turistas, organizadores de eventos, técnicos de órgãos governamentais e não-governamentais e comunidade local.

Ao analisar o desenvolvimento do Turismo de aventura e a prática dos esportes de aventura em Paranapiacaba – SP, Uvinha (2003), após detectar uma série de problemas, faz algumas proposições de intervenção, no sentido de buscar novas formas de inserção do ser humano na natureza, suas relações com a população local, o papel das políticas públicas, o planejamento das atividades e a conscientização ambiental dos praticantes das diversas modalidades de esportes na natureza. Dentre as proposições, pode-se sintetizar:

- a) A necessidade de formação profissional especializada com conhecimentos na área a ser visitada, bem como conhecimentos acerca de: fenômenos naturais que podem interferir na atividade; condições climáticas previstas para a época; orientações sobre procedimentos que evitem uma exposição demasiada ao risco; orientações sobre educação ambiental e possíveis impactos sócio-ambientais;
- b) A compreensão de que o elemento “aventura” pode ser uma importante ferramenta educacional aproximando tais práticas aos princípios propostos na metodologia de *outdoor education*;
- c) Pensar na possibilidade de desenvolvimento de um ecoturismo e turismo de aventura, voltados à efetiva busca da sustentabilidade, promovendo o envolvimento da população local no planejamento participativo dos projetos a serem implantados na região em questão, o desenvolvimento econômico da região, o respeito aos ecossistemas locais e o respeito às formas de manifestação cultural da população local;

- d) A responsabilidade do Poder Público em desenvolver estratégias para a implementação de políticas de lazer na natureza, em parceria com o setor privado e a população residente;
- e) Desenvolvimento pelo Poder Público de Planos de Manejo para as áreas naturais protegidas e a devida fiscalização de tais áreas;
- f) Articulação da administração local com as Confederações, Federações e Associações dos esportes realizados na natureza, no sentido de minimizar problemas através da regulamentação, certificação e normalização dos esportes de aventura e conscientização de seus praticantes.

Uma das estratégias para melhorar a atitude daqueles que visitam áreas naturais é a adoção de um programa de educação ambiental e educação para as práticas de mínimo impacto, partindo do pressuposto de que a grande maioria dos visitantes e praticantes de atividades de aventura, não têm uma compreensão clara dos impactos que pode causar nestas áreas. “É uma estratégia que parte do princípio de que, recebendo informações pertinentes, de modo adequado, o visitante estará disposto a mudar suas práticas e hábitos em suas visitas à natureza” (BARROS; DINES, 2000, p. 71-72).

A possibilidade de desenvolvimento de um senso de responsabilidade, solidariedade, criticidade e criatividade nas práticas de lazer na natureza, instrumentalizando a sociedade a lidar com problemas ambientais, implica, além de conhecimentos e técnicas, a aquisição de novas atitudes e padrões de comportamento em relação ao ambiente.

Porém, tais mudanças não serão alcançadas efetivamente até que a maior parte dos indivíduos de uma dada sociedade interiorize atitudes e valores mais construtivos que poderão servir de base para uma relação auto-disciplinada entre ser humano e o ambiente (BARROS, 2000).

Desta forma, o lazer, com seu caráter descompromissado, diferencia-se dos valores hegemônicos do mundo das “obrigações”, e pode contribuir, de maneira eficaz para a riqueza cultural, para a pluralidade na convivência, para o estabelecimento do repertório de outros comportamentos mais críticos, mais humanos, mais conscientes ambientalmente.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Mirleide Chaar; SAMPAIO, Tânia Mara V. Turismo de Aventura na região amazônica: desafios e potencialidades. In: UVINHA, Ricardo Ricci (Org.). **Turismo de Aventura: reflexões e tendências**. São Paulo, SP: Aleph, 2005. p. 155-182.
- BAHIA, Mirleide Chaar. **Lazer – Meio Ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos Esportes de Aventura**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba, SP, 2005.
- BARROS, Maria Isabel A. de. Outdoor Education: uma alternativa para a educação ambiental através do turismo de aventura. In: SERRANO, Célia (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo, SP: Chronos, 2000. p. 85-110.
- BARROS, Maria Isabel A. de; DINES, Milton. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, Célia (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo, SP: Chronos, 2000. p. 47-84.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, DF, 2000.
- BRUHNS, Heloísa Turini. Lazer e meio ambiente: a natureza como espaço da experiência. In: CONEXÕES: educação, esporte, lazer. Campinas, SP: Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 1998. p. 7-26.
- COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação**. São Paulo, SP: Aleph, 2002.
- COSTA, Vera Lúcia de Menezes. **Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário**. São Paulo, SP: Manole, 2000.
- _____. **Esportes de aventura e risco na montanha: uma trajetória de jogo com limites e incertezas**. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999.
- MAGRO, Teresa Cristina et al. **Uso turístico do ambiente natural em Brotas: manejo do público visitante**. São Paulo, SO: ECO-Associação para Estudos do Meio Ambiente/Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Brotas, 2002.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
- _____. **Lazer e humanização**. Campinas, SP: Papyrus, 1983.
- PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- RIESMAN, David. **A multidão solitária**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1971.
- SERRANO, Célia. A educação pelas pedras: uma introdução. In: SERRANO, Célia (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo, SP: Chronos, 2000. p. 7-24.
- _____. Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa T. (Org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997. p. 11-25.
- UVINHA, Ricardo R. **Turismo de aventura: uma análise do desenvolvimento desse segmento na Vila de Paranapiacaba**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/ Universidade de São Paulo, 2003.